

## **Um alerta para a preservação do Patrimônio Arquivístico digital no Brasil**

Vítor Freire Corrêa

Artigo desenvolvido no âmbito da 2ª Chamada Pública de Artigos do Centro Lucio Costa/CLCIPHAN, Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO.

**Rio de Janeiro  
2017**

## RESUMO

Este ensaio objetiva relacionar o *Programa Memória do Mundo* da UNESCO e algumas deliberações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) que alertam para a necessidade de enfrentarmos o problema da preservação do patrimônio documental tomando como referência os documentos digitais e os desafios de sua salvaguarda para arquivistas, administração pública e instituições de arquivo no contexto atual das novas tecnologias. É dividido em três partes: a primeira busca criar um paralelo entre os documentos de arquivo como dispositivos de poder que estão na mão do Estado, que tem o poder de informar mediante investimento em gestão e preservação dos acervos públicos da fase corrente a de memória; no segundo, relacionamos o patrimônio arquivístico as estratégias e os desafios de sua preservação; e por fim, é dada vez a ao *Programa Memória do Mundo*, contextualizando-o como base para as deliberações do CONARQ, ambos alertando para a necessidade de se preservar o patrimônio arquivístico documental.

**Palavras-chave:** Preservação. Arquivos. UNESCO. CONARQ. Patrimônio digital.

## ABSTRACT

This essay aims to establish a relation between the UNESCO Memory of the World Program and some deliberations of the National Council of Archives (CONARQ) that alert to the necessity for facing the preservation of documentary heritage issue, taking into regard digital documents and the challenges of their safeguarding for archivists, for Public administration and for archival institutions, in the current context of new technologies. It is divided into three parts: in the first, we seek to draw a parallel between archival documents as power devices in the hands of the State, with the power to inform, through investment in management and preservation of public collections, of the current phase of memory; In the second, we relate archival heritage to the strategies and challenges concerning its preservation; And in the third, we work on the Memory of the World Program, contextualizing it as a basis for CONARQ's deliberations, both of which point to the need to preserve documentary archival heritage.

**Keywords:** Preservation. Archives. UNESCO. CONARQ. Digital heritage.

## Introdução

O conceito central da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital do CONARQ<sup>1</sup>, traduzida mais tarde em três idiomas pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), foi o de ‘patrimônio arquivístico digital’, categoria definida como: “a informação arquivística produzida, recebida, utilizada e conservada em sistemas informatizados [...]”. A carta clamava por ações que dessem conta da proteção do patrimônio em suporte digital e alertava para os riscos de perda dos documentos e os desafios de sua preservação para garantir o acesso a gerações futuras em consonância com as ideias da UNESCO. Justamente os termos “ações”, “preservação” e “acesso” nos permite refletir sobre a dinâmica da preservação (Corrêa; Dodebei, 2014).

Os avanços tecnológicos constantes em relação aos documentos arquivísticos públicos exigem maior atenção quanto à segurança da fonte e à proteção da informação para que a memória seja salvaguardada. Ou seja, quanto maior for a obsolescência tecnológica, em especial os suportes digitais, menor será a garantia de que as informações serão corretamente memorizadas e, por conseguinte, adequadamente transmitidas. É certo que há concordância acerca da preservação do passado, especialmente agora com a rapidez com que se transformam os traços de memória em linguagem altamente frágil de zeros e uns. No entanto, há uma parte dessa memória registrada em suporte digital que vai necessitar de alto nível de preservação, a fim de permanecer disponível às atuais e futuras gerações.

Com a reformulação da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do CONARQ criada em 1994, e em funcionamento a partir de 2002, novos acenos sobre a problemática dos acervos digitais no Brasil apareceram. A CTDE é um grupo de trabalho multidisciplinar que tem por objetivo definir e apresentar ao CONARQ uma série de diretrizes técnicas e legais sobre a preservação de documentos digitais, sendo a mais relevante a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital que chama a atenção para a relevância de programas, projetos e políticas de preservação dos documentos digitais em consonância com as ideias da UNESCO.

Em se tratando desse patrimônio arquivístico que vem sendo digitalizado como forma de preservação de parte da memória pública nacional, um dos grandes desafios está na escolha do que preservar, tendo em vista os custos de programas preservacionistas já que não é possível salvaguardar tudo. Torna-se ainda mais difícil, quando temos em vista o potencial de memória dos

---

<sup>1</sup> Fica criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

acervos dos arquivos públicos, neste sentido, o que for deixado de lado hoje e, conseqüentemente se perder, poderá representar grandes prejuízos memoriais futuros, o que será um grande desafio para os arquivistas envolvidos nesses processos de seleção. Desafio que precisa ser enfrentado com ações das instituições de guarda e do CONARQ em busca de melhores condições de infraestrutura e na busca de estratégias e requisitos de preservação que melhor cooperem para a preservação dos acervos arquivísticos públicos.

## **1. ARQUIVOS, PODER, MEMÓRIA E SELEÇÃO DE DOCUMENTOS.**

No contexto europeu da Revolução Francesa de 1789, havia uma corrente de afirmação do sentimento nacionalista e a necessidade de inserir na vida dos cidadãos a ideia de identidade nacional que teria nos arquivos elementos cruciais para essa construção, principalmente no aspecto histórico documental o que acarretou em mudanças no fazer arquivístico. Emerge a ideia de um Estado responsável pela gestão patrimonial o qual deveria refletir sobre a organização dos documentos principalmente sobre temas como a carência de profissionais aptos a organizá-los, a falta de espaço e a escassez de locais adequados à guarda.

A construção da memória francesa passa a ter parte significativa guardada nos arquivos públicos que decidem o que deve ser lembrando e o que deve ser esquecido dentro dos mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Desse embate resultam, entre outros, o que será lembrado; que datas receberão atenção e comemoração; que histórias, consideradas importantes para todos, deverão integrar os arquivos de memória; e quais documentos serão dispositivos de memória da França pós-revolução. A memória passa a ter um caráter primordial para elevação de uma nação, pois aporta elementos para sua transformação sendo essencial na constituição da identidade individual, coletiva e nacional.

Justamente nesse ponto podemos destacar o aspecto de poder dos documentos de arquivo e dos arquivos públicos: o caráter de dispositivo dos acervos documentais. O conceito de dispositivo é desenvolvido por Foucault como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Isto significa que a ideia de dispositivo em Foucault está intimamente ligada a mecanismos de reprodução do poder que pode ser explicitado nos documentos na forma como tais acervos

farão parte ou não da ideia de nação e pertencimento que se deseja construir. Tais questões podem ser compreendidas dentro de projetos e planos estatais que tiveram como preocupação o desenvolvimento de instrumentos para a construção das ideias de nação e nacionalismo. No cenário de revelação dos Estados Nacionais, as Bibliotecas, os Arquivos e os Museus também passaram a fazer parte desse empreendimento estatal e foram institucionalizados, abertos ao acesso público e definidos como lugares de memória da nação (NORA, 1993). No Estado francês, tal compreensão foi mais evidente na medida em que os documentos foram colocados em patamar semelhante de valor aos monumentos históricos.

No entanto, é preciso deixar claro que a memória coletiva não está apenas na esfera do poder. Diferentes comunidades possuem suas narrativas e reivindicam uma identidade coletiva questão essa também explicitada por Nora (1993). “Muitos grupos étnicos e minorias desprivilegiadas exigem seu direito à palavra, à ação e o direito de conquistar sua liberdade ou a sua autodeterminação”. Independentemente do Estado, estas minorias constroem sua própria história gerando uma memória coletiva. Assim, algumas ações se iniciam com o poder e para o poder, mas, diante das lutas das comunidades na criação de suas próprias narrativas, a preservação da memória vai além dessas esferas. As pessoas e as instituições criam arquivos de acordo com suas necessidades de memória.

Nesse sentido, falamos dos arquivos públicos como locais de poder, tendo como referenciais o poder do Estado em controlá-los e torná-los lugares de memória ou deixar que os documentos se percam por falta de investimentos. A possibilidade de acessar o passado através de documentos empresta certa sensação de segurança de poder ir e vir dentro do passado além de assegurar o sentimento de identidade. Os documentos representam certa garantia da permanência através do tempo. São lugares de memória.

Um lugar de memória é um núcleo significativo, tanto material quanto imaterial e de longa duração através das gerações para a memória e as identidades coletivas. Este núcleo se caracteriza por uma forte carga de simbolismo. Está dentro das convenções e costumes sociais, culturais e políticos e se modifica na medida em que mudam as maneiras de sua concepção, aprovação, uso e tradição (lembremos da França revolucionária). A definição de lugares de memória nos é dada por Pierre Nora:

Lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas, lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm sua história. (NORA, 1993, p. 12).

Estes lugares funcionam como dispositivos de uma sequência de imagens, ideias, sensações, sentimentos e vivências individuais e de grupo, num processo de acomodação, ou aproximação das experiências coletivas que têm o poder de servir como fator de pertença, entre os membros do grupo, garantindo-lhes o sentimento de pertença, ou seja, os arquivos, enquanto lugares de memória tem o poder de acomodar possíveis distorções de identidade dentro de grupos, cidades, estados e países, lançando mão de diversos artifícios para conseguir tal propósito.

A construção de memória é um fenômeno social que sofre transformações relacionadas ao contexto em que o indivíduo se encontra no momento em que evoca a lembrança, não existindo uma memória pronta, mas sempre relacionada a esse processo de construção no presente, a partir do passado e todos aqueles grupos sociais dos quais o indivíduo fez parte são os seus apoios coletivos de referência no ato de reconstrução de cada memória individual (Halbwachs, 1990). A intensidade dessas lembranças se dá na medida da importância que os grupos representam para aquele que lembra no exato momento dessa rememoração. A memória seria um importante veículo de construção das identidades na sociedade moderna.

Huyssen (2000) toma como centro de sua discussão a possibilidade da sociedade necessitar de uma ancoragem temporal, numa época em que com a revolução da informação e do espaço-tempo, a relação entre o passado, presente e futuro está sendo transformada. Ele acredita que a cultura de massa e a mídia virtual não precisam ser consideradas negativamente e podem servir aos propósitos de construção de uma memória que seja dispositivo de novas memórias. Ou seja, marca uma diferença significativa entre esse autor e Nora, ao passo que este se vale do risco da perda e aquele como possibilidades de memória em decorrência da aceleração do tempo.

Nosso mal-estar parece fluir de uma sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentidos estão bem equipados para lidar. Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto (HUYSSSEN, 2000, p. 32).

Nesse cenário de discussões acerca dos efeitos das tecnologias, aceleração do tempo e construção do sentido de pertença se insere o trabalho dos arquivistas. Cabe a esse profissional administrar ou gerenciar documentos arquivísticos, a partir da aplicação de conceitos e teorias difundidas pela Arquivologia e selecionar em consonância com os interesses da sociedade os documentos que irão compor o seu patrimônio documental público. Ou seja, o trabalho de seleção não é somente técnico, mas contempla também uma etapa cheia de subjetividade relacionada ao

contexto social e político em que se insere. Sempre pensando na salvaguarda para essa e as gerações futuras.

Ele deve realizar a gestão de documentos “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL. Lei n. 8.159, 1991) comandando uma equipe de trabalho de forma integrada que possa montar um programa de gestão que organize os documentos desde a produção, tramitação e uso dos mesmos. Deve trabalhar por políticas de gestão arquivística que estabeleçam regras para a boa guarda e preservação da documentação tendo como foco o acesso.

Com as mudanças tecnológicas esse profissional passou a ter desafios que ultrapassaram o senso comum de um profissional “que guarda papéis velhos” ou cuida dos “arquivos mortos”. Suas responsabilidades aumentaram muito, inclusive, no que tange a sua importância como mediador da informação e da memória pública guardada nos arquivos. O arquivista contemporâneo deve trabalhar de forma integrada e exercer participação política na área mediante suas associações, conselhos, universidades e agências. Deve atuar nos planejamento de ações, opinar em mudanças de leis e na elaboração de políticas que visem dar conta dos desafios da área. Eliezer afirma que “O associativismo exerceu relevante papel como espaço de articulação das demandas do mundo do trabalho e das reflexões sobre as questões arquivísticas, representando um sinal de interesse e mobilização nos meios profissionais em torno da integração da classe” (SILVA, 2013, 47).

Essa responsabilidade tem a ver com o caráter de mediação que o profissional de arquivo comporta, ao passo que, para haver cidadania mediante participação nas decisões do Estado, o indivíduo precisa receber informações públicas, as mesmas só poderão ser difundidas de maneira correta se o arquivista fizer uma boa gestão da informação nas fases corrente e intermediária, e isso vale para a informação esteja ela em qualquer suporte; cumprida a primeira etapa, o recolhimento ou a eliminação serão feitos mediante instrumento que cabe ao arquivista prover em conjunto com o corpo funcional da organização. Com a documentação recolhida ao arquivo permanente deve ser disponibilizada em instrumentos de pesquisa para servir de estatísticas, pesquisas ou fins culturais a sociedade.

A constituição de um patrimônio deve passar, necessariamente, por um processo de patrimonialização, isto é, fazer com que um bem seja considerado patrimônio a partir de critérios históricos, sociais, culturais, éticos, econômicos ou do direito, que garantam um valor representativo de um grupamento humano e de sua memória coletiva, cuja salvaguarda, ainda que simbólica, favoreça a preservação e o acesso à informação a gerações futuras. A noção de

patrimônio e, conseqüentemente, sua salvaguarda, tem sido ampliada, justamente por sua característica de fenômeno que se observa no âmbito de vários vieses da construção da memória social. No que se refere ao que será guardado como patrimônio documental o arquivista tem papel fundamental na seleção dos acervos que irão permanecer no tempo.

Os documentos públicos devem ser fonte de informação não só no que tange a determinados assuntos que são importantes para um indivíduo ou grupo, que assim os consideram, mas também para saber sobre o próprio funcionamento do aparelho estatal no que diz respeito a sua representatividade diante da população; o que logo nos dá a ideia de que o poder da informação dos governos atinge, inclusive, o direito de deixar de saber do indivíduo (controle dos dispositivos de informação e memória pública).

É interessante pensar que a gestão dos acervos públicos na fase corrente (valor administrativo ou de prova) permite ao cidadão conhecer e poder criar juízo de valor sobre as práticas governamentais que são tomadas em seu nome; na mesma linha, ao se recolher essa documentação gerida a fase permanente (valor cultural, de pesquisa, de memória) para ser arranjada, descrita e disponibilizada permite ao indivíduo se perceber ou não nesses documentos, dando sentidos diversos aos acervos e permitindo uma reflexão sobre os critérios que estão sendo adotados na escolha do que fica como memória pública documental. No ciclo de vida<sup>2</sup> da informação pública o Estado atua do início ao fim.

Em se tratando desse patrimônio arquivístico documental que vem sendo digitalizado como forma de preservação de parte da memória pública nacional, um dos grandes desafios está na escolha do que preservar, tendo em vista os custos de programas preservacionistas já que não é possível salvaguardar tudo. Torna-se ainda mais difícil, quando temos em vista o potencial de memória dos acervos dos arquivos públicos, neste sentido, o que for deixado de lado hoje e, conseqüentemente se perder, poderá representar grandes prejuízos memoriais futuros, o que será um grande desafio para os arquivistas envolvidos nesses processos de seleção. A questão da seleção dos acervos analógicos ganha contornos ainda mais sérios com os acervos digitais pelo aumento significativo da produção de conteúdo.

A memória pública guardada nos arquivos pode não ter potencial de uso inicialmente. Porém, como os interesses e os indivíduos mudam com o tempo, pessoas ou grupos podem, em dado momento, interessar-se pelos documentos que estão arquivados permanentemente, e terão acesso, ou não, caso os mesmos tenham se perdido nas inércias dos suportes sem planos de preservação. É um cosmos de informações e memória que pode ser transformado em saber por

---

<sup>2</sup> Ciclo da informação se refere no texto as idades corrente, intermediária e permanente dos documentos de arquivo desde a sua produção até a destinação final.

cientistas e pesquisadores futuramente. Os documentos digitais aquecem as discussões sobre a preservação do patrimônio documental seja em qualquer suporte.

Os arquivos públicos têm por objetivo salvaguardar a memória do Estado como memória nacional. Como não se pode guardar tudo é necessária uma interpretação crítica dos documentos para que o inventário de informação não se torne um repositório de material sem sentido para o patrimônio público. Ou seja, é preciso selecionar o que será guardado e o que será eliminado, e a preservação de acervos deve ser pensada dentro de programas e políticas de gestão da informação e não pode ser tratada como “tábua de salvação”, pois as informações não se preservam por si só, dependem de ações do Estado, órgãos públicos, arquivistas e instituições de arquivo na luta por melhores práticas.

A seleção dos documentos a serem preservados é filha de seu tempo, assim como os arquivos e seu uso. O que pode ser “lixo” e descartado hoje, pode em outro momento ser de importância para pessoas ou grupos, pois existe um potencial de memória dos documentos diretamente ligado à necessidade de uso no tempo. O “lixo” não é apenas símbolo do esquecimento, mas uma nova imagem da memória em potencial localizada entre a memória funcional e acumulativa que persiste de geração para geração. Os arquivos públicos precisam ter programas de preservação que sejam instrumentos resultantes de ampla discussão com a sociedade, associações e profissionais das áreas envolvidas, assim como claras observações sobre os parâmetros de seleção, conforme nos apresenta Aleida Assmann (2011, p. 369-371).

O aprendizado e o conhecimento desses processos de memória utilizados pelo Estado, assim como os critérios de seleção e os acervos ali salvaguardados são fundamentais para a capacitação dos indivíduos na elaboração e compreensão de sua própria história e de sua habilidade de refletir sobre como os mitos e as verdades estabelecidas foram forjados. Isso só pode ocorrer se o Estado que é o responsável legal por salvaguardar os arquivos públicos permitir.

## **2. PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO E PRESERVAÇÃO DIGITAL**

Patrimônio público é o conjunto de bens e direitos que pertence a todos e não a um determinado indivíduo ou entidade. Nesse sentido, o patrimônio público não tem um titular individualizado ou individualizável. A Lei 4.717 de 29 de junho de 1965, em seu parágrafo primeiro, define patrimônio público como “[...] os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico”. O patrimônio arquivístico se insere nessa perspectiva que podemos definir da seguinte forma “Assim, vemos, através do tempo, os documentos de arquivo públicos, de peças imprescindíveis ao processo decisório, administrativo e judiciário, passarem, por causa do seu valor informativo permanente, a bens culturais” (Bellotto, 2000, p. 154).

Algumas definições para patrimônio arquivístico são relevantes para a pesquisa e compreensão de suas ações públicas e coletivas. A primeira delas é do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) que define patrimônio arquivístico como “Conjunto dos arquivos de valor permanente públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município”; e a segunda temos a seguir:

Património Arquivístico – fontes documentais e património intelectual funcional de entidades públicas e privadas, colectivas e individuais, integrados em sistemas semi-fechados de informação social com determinada estrutura (natureza orgânica) e fundos ou núcleos (conjuntos orgânicos de documentos de uma única proveniência); séries (docs. correspondentes ao exercício de uma mesma actividade) e distintas unidades arquivísticas (docs. relativos a uma acção administrativa/judicial), colecção (docs. org. para referência), registro (docs. para controlo/descrição de docs. recebidos, produzidos) organizados em diferentes unidades de instalação. (Lage, 2002, p.15).

Na primeira definição o aspecto histórico cultural sobressai como principal característica para definir do que trata esse patrimônio, já na definição de Lage temos características mais abrangentes por apontarem esse patrimônio como tendo por origem desde a fase funcional dos documentos até a etapa permanente, pois trata de séries que só são definidas nessa fase do ciclo de vida documental. Ambas as definições vão apontar que esses acervos têm a ver com a proveniência dos documentos: Estados, municípios, entidades públicas e privadas. Concordamos com a definição de Lage no aspecto de que o patrimônio documental se insere em duas lógicas: a corrente, valor de prova - é direito do cidadão o acesso à informação dos órgãos públicos ressalvados os prazos de sigilo, e a permanente, valor de pesquisa e cultural -em que o valor histórico dos documentos que vão compor os fundos culturais dos arquivos públicos é definido mediante a gestão de documentos que abarca as fases corrente e intermediária.

É importante ressaltar que esse patrimônio documental é selecionado como vimos no capítulo anterior. A seleção é uma necessidade tendo em vista espaço físico e custos, mas é um grande desafio para os arquivistas inseridos na administração pública. Quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo de representatividade e não o coletivo. O Estado é o responsável por sua manutenção e salvaguarda no Brasil, mas o verdadeiro dono desse patrimônio público é o cidadão. O papel dos arquivistas e das instituições de arquivos se inserem nessas dinâmicas onde a identidade e a memória social podem ser tidas como exemplos de exercício de força e violência simbólica, pois tem a ver com o poder social, econômico e suas instâncias por meio de documentos, de acordo com estruturas estruturantes e estruturadas que são desenvolvidas

e veiculadas pelas classes dirigentes e/ou especialistas em direção a uma totalidade de pessoas como mostramos no caso da França.

Uma alternativa para os desafios da preservação dos documentos públicos de arquivo da fase de prova (corrente) até a destinação final: eliminação ou recolhimento ao arquivo permanente, está na busca incessante de instituições de arquivo e arquivistas por melhores condições de infraestrutura é a participação em editais públicos e privados, formação de redes de práticas e pressão junto ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) na busca de fomento e melhores condições de trabalho na preservação do patrimônio arquivístico esteja ele em qualquer suporte. Um exemplo disso são os editais de digitalização de acervos que permitem aquisição de equipamentos e organização dos acervos para sua salvaguarda e difusão.

O patrimônio é um conceito que tem inúmeras extensões conceituais, como: histórico, genético, material, imaterial, artístico, cultural, espiritual, tangível, intangível, natural, paisagístico e, agora, com os adjetivos de digital e arquivístico digital. Sua noção perpassa por uma afeição de civilizações antigas por obras do passado. A princípio chamadas de antiguidades e depois de monumentos, tais obras começaram a ser entendidas no sentido de patrimônio somente no momento em que se conceituou a história como disciplina. Este sentido desembocaria mais tarde na noção de patrimônio histórico e, no final do século XX, na noção mais abrangente de patrimônio cultural. De maneira ainda não organizada, o interesse por vestígios do passado é antigo, já estando presente na Antiguidade Clássica e na Idade Média.

Com o surgimento do sentido de história na Renascença, cria-se a condição necessária para que se constitua a noção de monumento histórico e uma literatura sobre o conhecimento e o prazer propiciados pelas obras de antiguidade. No entanto, Françoise Choay (2001, p.52) observa que as ações de preservação e restauro desses monumentos ainda não se dão de forma sistematizada. Isto só ocorreria com a constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais a partir do momento em que o Estado assume sua proteção.

Na primeira metade do século XIX, na França, com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos, é que surge realmente uma política concreta do Estado para a preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional, apoiada em ações jurídicas e técnicas. A instauração da comissão está intimamente ligada aos desdobramentos da Revolução Francesa em que se promoveu grande destruição dos monumentos franceses, como igrejas, estátuas e castelos.

Choay nos revela algumas medidas de proteção do patrimônio nacional durante a Revolução Francesa. A primeira teria sido uma medida imediata, alicerçada por atos jurídicos da Assembleia Constituinte revolucionária, que visava proteger os bens espoliados do clero, que se

transformam em patrimônio nacional. Um segundo momento, diz respeito a uma política de conservação cujos procedimentos mais metódicos foram elaborados visando enfrentar o vandalismo que causou estragos a partir de 1792, que originaria na criação da Comissão dos Monumentos Históricos em 1837 (2001, p. 98-105).

A partir do século XX, surgem outras visões preservacionistas em outros países, salientando-se a necessidade do estabelecimento de regras internacionais, tendo em vista solucionar os problemas complexos de salvaguarda do patrimônio. Conforme estudos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) surgem então às chamadas Cartas Patrimoniais, “Documentos, muitos dos quais firmados internacionalmente, que representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais” (IPHAN, 2000, p. 07).

Ocorre uma mudança de foco na preservação e proteção de bens de valor histórico em âmbito internacional, logo após a II Guerra Mundial, com a criação da UNESCO em 1945, durante a Conferência de Londres; esse órgão internacional, de caráter governamental, estaria diretamente ligado a Organização das Nações Unidas (ONU) e tinha por objetivo promover uma política de cooperação cultural e educacional. A ideia de criar um movimento mundial pela proteção patrimonial emergiu depois da Primeira Guerra Mundial. Essa preocupação internacional específica surge com a decisão de construir a represa do Alto Aswan no Egito, que inundaria o vale onde se situavam os templos de Abu Simbel, um tesouro da civilização egípcia antiga.

Vale lembrar que, conforme explicitam Corrêa e Dodebei (2014, p. 5), o processo de institucionalização do patrimônio tomou contornos mais expansionistas, do ponto de vista conceitual, após a primeira guerra mundial. Com o intuito de estabelecer uma cooperação cultural entre os povos, a Sociedade das Nações (1919) cria no ano de 1922, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual que se reúne pela primeira vez em Genebra, sob a presidência do filósofo e diplomata francês Henri Bérgson.

Durante a Guerra Fria ganham mais vultos os avanços da tecnologia digital em decorrência das necessidades das Guerras e do capitalismo. Fruto de uma herança tecnicista, as raízes históricas da cultura digital se encontram no aparecimento do modelo binário da computação como um reflexo da polarização política no qual o mundo ficou submetido depois da segunda guerra.

Se por um lado a cultura digital surge das ações humanas, por outro, atualmente, ela tem a capacidade de ser quase onipresente. Restando-nos refletir se a controlamos ou se somos controlados por ela. Lidar com a cultura digital não é somente um ato tecnológico, mas também se configura em um ato de racionalidade. Ou seja, por meio de processos matemáticos de criação e

produção (razão) o homem tem ao seu dispor um novo universo podendo fazer uso de suas potencialidades. Neste sentido concordamos com a definição abaixo:

O ciberespaço é considerado, a meu ver, um “lugar-máquina”, porque é de facto fato um espaço que concilia dois elementos extremamente importantes; um é a tecnologia, o outro o racionalismo. Parecem coisas iguais, mas na verdade não o são. O que faz do ciberespaço um tema tão apaixonante é o fato de se tratar de um espaço da técnica que permite o racionalismo e, ao mesmo tempo, a alucinação. O ciberespaço é assim o ponto de reunião de algo que se encontrava fragmentado e deixado ao acaso na modernidade (a tecnologia). Neste sentido o ciberespaço é um novo universo, um único mundo que tudo contém, inclui e se encontra em expansão incontrolável, como o cosmos. (Elias, 2008, p.23)

No capítulo “A nova relação com o saber”, Lévy (1999) sinaliza o papel das tecnologias intelectuais, como favorecedoras de novas formas de acesso à informação e de novos estilos de raciocínio e de construção do conhecimento, em face ao saber destotalizado no ciberespaço. Na era digital, as funções humanas modificam-se, pois as tecnologias são dinâmicas, objetivas e podem ser compartilhadas por várias pessoas. Novas formas de se construir conhecimento, que contemplam a democratização do acesso à informação passam a ser questionadas em uma nova dinâmica.

A acumulação de informações em ambientes digitais aumenta a cada dia, esse movimento é atribuído às aplicações de tecnologias da informação e comunicação que crescem gradativamente, em virtude da facilidade com que se produz, armazena, acessa e troca informações. Com isso surgem problemas para preservar a autenticidade, integridade, confidencialidade, perenidade e disponibilidade dessas informações produzidas e acumuladas em meio digital.

Os suportes digitais permitem acessibilidade e potencializam o uso desse legado sem ameaçar a conservação dos originais. Porém, o crescente uso das tecnologias de informação e comunicação na produção de conhecimento redimensiona o problema da preservação, uma vez que os suportes digitais são, por natureza, mais frágeis e, portanto, de saída, ineficazes para garantir a longevidade dos registros, exigindo assim medidas preservacionistas. O desafio está em manter a preservação e o acesso a longo prazo aos acervos digitais existentes.

Outra definição relevante para este trabalho sobre o conceito de preservação digital é o da CTDE do CONARQ, de 2016, que o define como: “Conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário”. Esta definição trabalha com o conceito de “ações gerenciais” e nos remete ao aspecto de gestão dos acervos, lançando luz

sobre a questão da preservação em todo o ciclo da informação arquivística. Assim, pode-se inferir que tanto a UNESCO em 2003, quanto a CTDE incentivam a preservação do produtor/acumulador até o estágio de valor patrimonial dos objetos.

Existem várias estratégias de preservação digital desenvolvidas no decorrer dos anos que podem ser classificadas em diversas categorias. Podemos agrupá-las em três classes fundamentais: emulação, migração e encapsulamento: a primeira seria uma estratégia que consiste em transferir as informações armazenadas em um suporte físico para outro mais atualizado antes que o anterior se deteriore ou fique obsoleto para a transmissão dos objetos digitais; a segunda, migração, consiste em transferir periodicamente um objeto digital dentro de uma configuração específica de hardware e software para outra de uma tecnologia mais moderna; e, por último, o encapsulamento, esta estratégia tem como característica, preservar juntamente com o objeto digital toda informação necessária.

É necessário o desenvolvimento de modelos de requisitos se utilizando de planejamento de ações para definir as políticas disponíveis de preservação que vão atender a necessidade de manter o conteúdo informacional acessível. É uma espécie de acompanhamento contínuo de mudanças tecnológicas e estratégias de preservação da informação através da elaboração de relatórios de risco que mapeiam tais informações como forma de manter a preservação e acesso dos repositórios digitais. Tais informações são analisadas para fazer a ponte com os produtores e promover as atualizações necessárias para garantir o acesso.

A preservação digital seria então a adoção desses métodos e tecnologias que integrariam a preservação física, lógica e intelectual dos objetos digitais; a parte física diz respeito aos conteúdos registrados em mídias magnéticas; a parte lógica tem a ver com a preservação de formatos; e por fim, a parte intelectual diz respeito a integridade do conteúdo original. O aspecto físico da preservação teria a ver com o controle dos agentes externos e internos de degradação, correspondem ao primeiro: temperatura, luz, e etc; ao segundo características inerentes aos próprios documentos no ato da fixação de conteúdo: tinta, papel, carimbos, e etc (Schellenberg, 2006) como forma de manter os mesmos autênticos no decorrer do ciclo informacional.

### **3. O PAPEL DA UNESCO E OS MANUAIS DO CONARQ: UM ALERTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL NO BRASIL**

Fundada em 1945, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) encoraja a identificação, proteção e preservação do patrimônio cultural e natural mundial. Esse órgão internacional lidera as concepções de preservação do ponto de vista mundial

e suas diretrizes se formam a partir de necessidades específicas, ao mesmo tempo em que direcionam os órgãos de preservação nas diferentes nações.

O escopo de atuação da UNESCO se amplia gradativamente. Com o tempo os destaques são: globalizar a educação; fomentar a paz, através do ponto anterior; promover a livre circulação de informação entre os países e a liberdade de imprensa; definir e proteger o Patrimônio da Humanidade Cultural ou Natural (conceito estabelecido em 1972 e que entrou em vigor em 1975); e defender a expressão das identidades culturais. As questões às quais se dá prioridade são a educação, o desenvolvimento, a urbanização, a juventude, a população, os direitos humanos, a igualdade da mulher, a democracia e a paz.

São características dos programas da UNESCO: orientar os povos sobre a gestão eficaz dos recursos naturais e valores culturais, preservando-se a identidade e a diversidade cultural; a busca pela promoção e salvaguarda do patrimônio em suas diversas formas de maneira sustentável, levando-se em conta não só as facetas oficiais do patrimônio, mas as minorias, costumes e a diversidade cultural. Além do *Programa Memória do Mundo*, que tratamos neste trabalho, podemos citar o fomento à liberdade de informação contribuindo para a transparência e boa governança; e ações de promoção do Diálogo Intercultural, principalmente o religioso, buscando compreensão mútua.

O *Programa Memória do Mundo* foi criado em 1992 pela UNESCO e buscou chamar a atenção dos povos sobre o risco eminente da perda do patrimônio documental em várias partes do mundo. Isto significaria a deterioração da memória coletiva e documentada dos povos, ou seja, seu patrimônio documental, que representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Em 1993, a UNESCO, por meio de suas Comissões Nacionais, preparou uma lista de acervos de bibliotecas e arquivos, bem como uma lista mundial de patrimônios cinematográficos.

O Programa atuava em um contexto da maior tomada de consciência sobre o estado crítico de acesso ao patrimônio documental. Guerras e outros motivadores ocasionavam a perda de acervos pelo mundo que não poderiam mais ser recuperados. Logo, urgiam projetos que fizessem uso da tecnologia moderna como forma de preservar este patrimônio. Outras ações como o registro Memória do Mundo, a busca pela elaboração de programas e políticas de preservação pelos países membros e o estímulo ao acesso como forma de prover ações de preservação foram pensadas. Ou seja, a preservação do patrimônio documental, e o maior acesso a este, são complementares e se incentivam mutuamente. O Programa trabalha com o pressuposto de que o patrimônio documental corresponde à memória coletiva dos povos, documentada por eles mesmos no decorrer do tempo.

O Programa opera não só desde uma perspectiva mundial, mas também regional, nacional e local, e o Comitê Consultivo Internacional (CCI), seu principal órgão, incentiva a formação de Comitês Nacionais e Regionais, uma vez que considera a cooperação nesses três níveis de fundamental importância. Até 2008 existiam apenas dois Comitês Regionais: para a Ásia e o Pacífico, criado em 1997, e para a América Latina e Caribe, de 2000. Os registros do Memória do Mundo configuram um registro público que identifica o patrimônio documental, foi criado em 1995 e é uma das ações mais importantes e também de maior visibilidade do Programa. Existem registros internacionais, regionais e nacionais, sendo que todos eles incluem somente materiais de importância mundial. Questões culturais ainda são consideradas em se tratando da participação global junto ao Programa.

A inscrição de elementos do patrimônio documental no registro de Memória do Mundo não possui consequências jurídicas ou econômicas automáticas. Não afeta formalmente a sua propriedade, custódia ou seu uso. Tampouco impõe alguma limitação ou obrigação aos proprietários, custódios ou governos. Da mesma maneira, a inclusão no registro também não representa nenhuma obrigação para a UNESCO de financiar sua conservação, gestão ou acessibilidade. (Edmondson, 2002, p. 27).

A UNESCO organiza e coordena a estruturação de projetos e programas direcionados a atender demandas culturais, educacionais e científicas que se encontrem em estado de atenção. Sua estrutura é dividida em cinco núcleos de ação, voltados para as diferentes áreas de relevância para o desenvolvimento de suas atividades. Suas áreas são divididas em Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura, Comunicação e Informação. Para viabilizar a realização de seus projetos com uma amplitude de países e culturas, a UNESCO estabelece escritórios em grande parte dos países membros.

O CCI reúne-se a cada dois anos, quando realiza as análises das propostas inscritas e, então, realiza a nomeação dos patrimônios documentais que receberão a certificação mundial. Para que sejam realizadas as nomeações, em qualquer nível, é necessário que a instituição ou indivíduo que detenha a guarda do item ou conjunto documental faça uma inscrição para a seleção por parte do comitê correspondente. As inscrições são permitidas a aqueles itens e conjuntos que se enquadrem entre o conceito de patrimônio documental estabelecido pelo Programa.

Um documento é aquilo que “documenta” ou “consigna” algo com um propósito intelectual deliberado. Embora o conceito de documento seja universal, reconhece-se que algumas culturas são mais “documentais” que outras. Assim, pois, por estas e outras razões, todas elas não estarão representadas por igual no patrimônio documental mundial e, portanto, na Memória do Mundo. O

patrimônio imaterial e oral, por exemplo, é de competência de outros programas da UNESCO [...].

Considera-se que um documento consta de dois componentes: o conteúdo informativo e o suporte no qual se consigna. Ambos podem apresentar uma grande variedade e ser igualmente importantes como parte da memória. (Edmondson, 2002, p. 14).

Como parâmetro de proteção temos as “Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental” elaboradas por Ray Edmondson, publicadas em 2002 dentro dos propósitos do *Programa Memória do Mundo*, que tem a definição de patrimônio documental como compreendendo elementos que são: “movíveis, feitos de símbolos/códigos, sons e/ou imagens, preserváveis (os suportes são elementos inertes), reproduzíveis e transladáveis, frutos de um processo de documentação deliberado (Edmondson, 2002, p. 11)”. Os mesmos foram definidos como forma de marcar a diferença desse patrimônio para os imóveis, símbolos e códigos. Buscou dar conta de documentos textuais, audiovisuais e virtuais.

A participação do Brasil no Programa da UNESCO ocorre pela intermediação do seu comitê nacional que desenvolve as ações pretendidas pelo Programa para o nível nacional. O Comitê Nacional do Brasil do *Programa Memória do Mundo* foi criado junto à estrutura do Ministério da Cultura, no Governo Federal, através da Portaria Nº 259, de 02 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, edição nº 172, de 06 de setembro de 2004, e regulamentada pela Portaria Nº 61, de 31 de outubro de 2007. O quadro abaixo apresenta quais acervos documentais já estão registrados pelo Brasil no Programa da UNESCO.

ACERVOS DOCUMENTAIS DO BRASIL INSCRITOS NO REGISTRO DA MEMÓRIA DO MUNDO					
NOME	SUBMISSÃO	INSCRIÇÃO	INSTITUIÇÃO DE GUARDA	SITE	RESUMO
Arquivo arquitetônico de Oscar Niemeyer	2012	2013	Fundação Oscar Niemeyer	<a href="http://www.niemeyer.org.br/">www.niemeyer.org.br/</a>	A coleção consiste de 8.927 documentos, com esboços, álbuns arquitetônicos e plantas de desenhos técnicos, que formam um registro valioso do trabalho de um artista que marcou a arquitetura internacional do século XX. Além de fontes primárias, muitos desses documentos são verdadeiras obras de arte.
Documentos relativos às viagens do Imperador Dom Pedro II no Brasil e no exterior	2012	2013	Museu Imperial	<a href="http://www.museuimperial.gov.br/palacio/patrimonio-da-humanidade.html">http://www.museuimperial.gov.br/palacio/patrimonio-da-humanidade.html</a>	As viagens do Imperador D. Pedro II, entre 1840 e 1913. D. Pedro II fez várias viagens durante seus 49 anos de reinado, pelo Brasil e por quatro continentes, conhecendo novos territórios e outras culturas.

Arquivos da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (Westindisch e Compagnie – WC)	2010	2011	Vários Países: Holanda, Brasil, Gana, Guiana, Antilhas Holandes, Suriname, Reino Unido e Estados Unidos da América	<a href="http://archives.nypl.org/mss/377">http://archives.nypl.org/mss/377</a>	Os arquivos da WC são fontes primárias para pesquisa histórica sobre a expansão europeia no Oeste da África e nas Américas. Os registros referem-se a vários temas, como o comércio e o tráfico de escravos, guerra, primórdios da diplomacia moderna, culturas de plantio e questões cotidianas.
Coleção do Imperador: fotografia estrangeira e brasileira do século XIX	2003	2003	Biblioteca Nacional Digital	<a href="http://bndigital.bn.br/projetos/terezacristina/histcolacao.htm">http://bndigital.bn.br/projetos/terezacristina/histcolacao.htm</a>	Esta singular coleção de fotografias do século XIX foi reunida por um único indivíduo ao longo de sua vida e encontra-se depositada na Biblioteca Nacional, onde é guardada com o máximo de esforço para preservá-la. É a maior coleção de fotografias da América Latina: um retrato preciso do século XIX, refletindo costumes e desenvolvimentos intelectuais e industriais, em um período em que esses desenvolvimentos eram colocados juntos.
Rede de informação e contrainformação do regime militar no Brasil (1964-1985)	2010	2011	Arquivo Nacional	<a href="http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91">http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91</a>	Este conjunto único e insubstituível de 17 notas de atividades (sínteses) é essencial para a construção da história dos regimes de exceção na América Latina na segunda metade do século XX, bem como para a proteção dos direitos humanos. É uma fonte indispensável de conhecimento sobre as políticas e as ações do governo militar. A historiografia brasileira desse período, por muito tempo restrita a relatórios de militantes de organizações clandestinas e arquivos privados, agora pode ser ampliada com base em novos documentos, objetos e abordagens.

**Fonte:** Autor – Adaptado da UNESCO.

Em 2003, a UNESCO promoveu um novo alargamento do conceito de patrimônio: o patrimônio digital, ao lançar o documento “Carta sobre a Preservação Digital” que visa à identificação de conceitos, estratégias, ações políticas e éticas, dentre outras propostas, para gerar um processo de discussão conjunta entre as nações. Também tem apoiado cotidianamente ações culturais, sociais e políticas, além de facilitar programas de digitalização de acervos em várias partes do mundo, o que a torna um importante agente para o processo de patrimonialização, principalmente dos documentos que já nasceram em meio digital. O patrimônio digital tem a seguinte definição da UNESCO:

Recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico e administrativo, ou abrangendo a informação técnica, legal, médica, e outros tipos de informação, são cada vez mais criados digitalmente, ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital. Quando os recursos são criados em forma digital, não existe outro formato além do digital original. Materiais digitais incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, softwares, e páginas da Web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. (UNESCO, Carta Sobre a Preservação Digital, 2003).

No Brasil, em consonância com as ideias da UNESCO, é criada a Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, documento que foi aprovado pelo CONARQ, na 34ª reunião plenária, realizada no dia 6 de julho de 2004 e foi objeto de ampla divulgação em simpósios, seminários, congressos e organizações governamentais e privadas, e teve por objetivo chamar a atenção para a necessidade imediata de políticas e programas para a preservação digital nos arquivos públicos ressaltando, ainda, os desafios de se preservar os acervos digitais enquanto práticas que reforcem o acesso à informação pública, a fidedignidade dos documentos digitais ao longo do tempo, a formação de um sistema comum de práticas preservacionistas entre as instituições, e, por conseguinte a preservação da memória nacional.

O estudo sobre os documentos digitais envolve diferentes áreas do conhecimento e por isso a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) tem uma formação multidisciplinar, com profissionais de arquivologia, ciência da informação, biblioteconomia, tecnologia da informação, administração e direito. Os trabalhos técnicos da CTDE estão organizados em dois grupos: gestão e preservação. O primeiro grupo produziu um glossário de termos referentes a documentos eletrônicos. Já o segundo grupo, da CTDE, desenvolveu diversos artigos e apresentações e especialmente a Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital (2004), adaptada à realidade brasileira, em sintonia com o *Programa Memória do Mundo* da UNESCO. Na tabela abaixo estão disponíveis todas as publicações da CTDE sobre a preservação digital no Brasil.

<b>TABELA 1 - LEVANTAMENTO NORMAS E DIRETRIZES DA CTDE SOBRE A PRESERVAÇÃO DIGITAL NO BRASIL ATÉ O DIA 25 DE JUNHO DE 2015</b>		
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>ANO</b>
Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital	Tem o objetivo de conscientizar e ampliar a discussão sobre o legado cultural em formato digital, e que se encontra em perigo de perda e de falta de confiabilidade. A Carta manifesta a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais.	2004

e-ARQ Brasil	O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos e-ARQ Brasil é uma especificação de requisitos a serem cumpridos pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de garantir sua confiabilidade e autenticidade, bem como sua acessibilidade.	2009
e-ARQ Brasil versão completa com os metadados	O e-ARQ Brasil estabelece requisitos mínimos para um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD-independente da plataforma tecnológica em que for desenvolvido e/ou implantado.	2009
Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo	Documento elaborado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos e aprovado pela Resolução nº 36 do CONARQ, que define diretrizes e recomendações com o objetivo de orientar os órgãos ou entidades que utilizam o correio eletrônico como ferramenta de trabalho na gestão arquivística das mensagens de correio eletrônico corporativo.	2012
Diretrizes para a Presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais	Documento elaborado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos e aprovado pela Resolução nº 37 do CONARQ, que estabelece diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais, com o objetivo de garantir a identidade e integridade desses documentos e minimizar os riscos de modificações, a partir do momento em que foram salvos pela primeira vez e em todos os acessos subsequentes.	2012
Diretrizes para a Implementação de Repositórios Digitais Confiáveis de Documentos Arquivísticos	Documento elaborado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos e aprovado pela Resolução nº 39 do CONARQ, que recomenda a adoção das Diretrizes para a Implementação de Repositórios Digitais Confiáveis de Documentos Arquivísticos.	2014
Observatório do e-ARQ Brasil	Este portal é voltado para uma comunidade de prática e tem por objetivo construir um espaço dinâmico para acompanhar e monitorar a utilização e desenvolvimento do Modelo e-ARQ Brasil, constituindo, assim, um banco de conhecimento, ao tratar de sua concepção e aplicabilidade, bem como divulgar eventos, publicações e instituições envolvidas.	S/A

**Fonte:** Autor – adaptada do CONARQ.

Na Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital o Conselho Nacional de Arquivos, sob as deliberações da CTDE, reconhece que, já no início do século XXI, o mundo já estava fortemente dependente dos documentos em mídia digital e que a informação neste formato é extremamente suscetível à degradação física e à obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos. A nova modalidade de patrimônio é definida como: “a informação arquivística, produzida, recebida, utilizada e conservada em sistemas informatizados, que estão constituindo um novo tipo de legado: o patrimônio arquivístico digital” (CONARQ, Carta Para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, 2004). Cada instituição deve ter um programa de preservação de documentos arquivísticos que incorpore os documentos convencionais e digitais. Ou seja, um novo adjetivo para patrimônio apareceu na última década no Brasil, atrelado a disciplina Arquivologia: o patrimônio arquivístico digital.

A Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital manifesta a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais. Diante deste quadro, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas, diretrizes, programas e projetos específicos, legislação, metodologias, normas, padrões e protocolos que minimizem estes problemas da preservação digital, e que assegurem a autenticidade, a integridade e o acesso contínuo. De acordo com a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ, cada instituição deve ter um programa de preservação de documentos arquivísticos que incorpore os documentos convencionais e digitais.

Outra iniciativa da CTDE que merece destaque foi a elaboração do glossário que já está em sua sexta versão de 2006 a 2014. Esse instrumento busca facilitar o entendimento de termos técnicos oriundos da Tecnologia da Informação, da Diplomática e da Arquivologia, relacionando-os com a gestão de documentos na perspectiva da preservação do patrimônio digital.

As ações da CTDE demonstram que temos instrumentos relevantes que alertam para pensar a preservação desse novo patrimônio que está sendo migrado ou já nasce digital. A carta e o glossário da CTDE nos remetem a necessidade de pensarmos estratégias de preservação de longo prazo (migração, preservação da tecnologia, emulação, encapsulamento, etc.) como formas de promover o acesso e a cidadania, tendo em vista que os documentos públicos devem ser preservados independentes aos suportes. Mas, os Estados membros do *Programa Memória do Mundo* da UNESCO, dentre eles o Brasil, devem promover ações efetivas que normatizem as práticas de preservação do patrimônio arquivístico digital que ultrapassem normas e manuais, gerando ações efetivas de gestão e preservação dos documentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os documentos digitais têm como principal característica a possibilidade de serem acessados em qualquer lugar e por várias pessoas ao mesmo tempo sem que haja riscos aos originais, mas não adianta apenas digitalizá-los, os desafios de preservação são bem grandes e exigem planejamento, equipes transdisciplinares, programas e normatização. A UNESCO em 2003 lançou uma carta Sobre a Preservação do Patrimônio Digital, o que representou um marco importante em prol da preservação dos acervos nascidos ou migrados para este meio. Recomendou aos Estados-membros que assumam responsabilidade pelo seu patrimônio em meio digital e que formem sistemas de práticas entre entes governamentais, não governamentais e sociedade civil para que possam formular uma política em favor da preservação do patrimônio digital.

O alargamento do conceito de patrimônio sempre acarretou os desafios de sua preservação enquanto tal; é verdade que hoje o acesso é facilitado pela capacidade de disseminação da informação e do patrimônio arquivístico digital no meio virtual, mas ao mesmo tempo, sua autenticidade, assim como os aspectos perenes dos hardwares e tecnologia, representa grandes desafios a serem combatidos. Isto só será possível se houver uma ampla articulação entre os diversos setores comprometidos com a preservação do patrimônio digital, e em cooperação com os organismos nacionais e internacionais, como o que ocorreu entre a UNESCO e o CONARQ quando de suas cartas dos anos 2003 e 2004, respectivamente, em prol da necessidade de se alertar para a preservação dos documentos digitais.

Tanto para o suporte analógico quanto para o digital existe a necessidade da gestão da informação em todo o seu ciclo como forma de promoção da cidadania. Não cabe aqui apontar que um suporte é melhor ou pior que o outro, ao passo que na literatura observam-se pontos positivos e negativos de cada um. É importante pensar em termos de permitir e conhecer os documentos nas fases corrente, intermediária e permanente, além de minimizar os impactos da seleção de documentos que irão compor a memória pública documental.

Tanto UNESCO, como CONARQ nos alertaram para a necessidade de combater o problema da preservação dos documentos arquivísticos públicos, sob-risco de perda de parte significativa da memória para essa e futuras gerações. Porém, somente com arquivistas e instituições de guarda cobrando por melhores condições de trabalho e ações efetivas do Estado na gestão e preservação da informação pública poderemos garantir que o patrimônio documental seja resguardado de fato.

Acesso e documentos digitais são questões que estão na moda e nos permitem caminhos para a busca de fomento e estratégias de preservação que deem conta desse desafio: preservar para garantir o acesso. O Estado tem o dever e o poder de garantir o contínuo com investimentos e controles, mas o verdadeiro dono do patrimônio documental é a população que produz memórias no decorrer do tempo.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.

BELLOTTO. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. In: **Ciência & Letras**. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000. Nº 27, Jan/Jun p. 151-166.

BRASIL. **Lei n. 8.158**, de 9 de janeiro de 1991 . Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm)>. Acesso em: 13 de Jun. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 Jun. de 2015.

CHOAY, Françoise. 2001. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP.

CONARQ. **Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital**: preservar para garantir o acesso, 2004. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/cartapreservpatrimarqdigitalconarq2004.pdf>>. Acesso em 04 de Jun. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos**.

Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=194&sid=24>>. Acesso em: 23 de Jun. de 2015.

CORRÊA, Vitor; DODEBEI, Vera. Patrimônio arquivístico público como fonte de acesso à informação. In: **Anais Coninter**, 3, 2014. Salvador: ANINTER, 2014. p. 1-18.

**Dicionário de Terminologia Arquivística**. Ana Maria Camargo; Heloísa Liberalli Bellotto (Coord.). São Paulo (Brasil): Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

EDMONDSON, Ray. **Memória do Mundo**: Diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>>. Acesso em: 12 de Jun. de 2015.

ELIAS, Herlander. **Néon Digital: um discurso sobre os ciberespaço**. Universidade da Beira Interior: LabCom, 2008. Disponível em: <[http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110824-elias\\_herlander\\_neon\\_digital.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110824-elias_herlander_neon_digital.pdf)> Acesso em: 05 de set. 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

HALBWACHS, M. 1990. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN. Departamento de Identificação e Documentação. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília, DF, 2000.

LAGE, Maria Otília Pereira. **Abordar o Patrimônio Documental**: Territórios, Práticas e Desafios. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS 4).

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (1999). (2ª. ed). São Paulo: Ed. 34.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v.10, 1993.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. 2013. 130 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social, Rio de Janeiro. 2013.

\_\_\_\_\_. **Carta sobre a Preservação Digital**, 2003. Disponível em:

<[http://www2.dem.inpe.br/ijar/UNESCOCartaPreservacaoDigital\\_PTfinal.pdf](http://www2.dem.inpe.br/ijar/UNESCOCartaPreservacaoDigital_PTfinal.pdf)>. Acesso em: 15 de Jun. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Programa Memória do Mundo**, (1992). Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage>>. Acesso em: 27 de Jun. de 2015.